

Violência de Gênero e Confinamento Familiar

Gender violence and family confinement
Violencia de género y confinamiento familiar

Desirré Mathias Pinheiro da Silva,
Maria Regina Bortolini e Natália Elisa Duarte Leal
Retextualização: Camila Martins Palmeira de Oliveira

26.05.2020

Desirré Mathias Pinheiro da Silva: Doutoranda em saúde pública na Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, estudando e pesquisando junto à equipe do Centro Latino Americano de Estudos em Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES) a Violência contra Mulher. Ela é perita técnica forense pela Associação Brasileira de Enfermagem Forense. É facilitadora no processo de empoderamento e participação política de mulheres pela Woman's Learning e pela CEPIA. Além disso, atuou na comissão de violência do setor de vigilância epidemiológica e no Centro de Referência de Atendimento à Mulher, o CRAM em Petrópolis. Atualmente, trabalha na Sala Lilás de Petrópolis.

Maria Regina Bortolini

Antropóloga, com pós doutoramento em Psicologia Social na Universidad Nacional de Quilmes - Buenos Aires/Argentina, coordena o Laboratório de Estudos em Representações Sociais e Saúde - LERS.

Natália Elisa Duarte Leal

Doutora em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Anna Nery/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisadora no Laboratório de Estudos em Representações Sociais e Saúde - LERS.

Regina - Primeiro dar as boas-vindas a todo mundo! Estamos dando início a mais um Seminário de Pesquisa. Então, vou me apresentar e apresentar o grupo. Meu nome, pra quem não me conhece, é Regina Bortolini e integro o Laboratório de Estudos em Representações Sociais, grupo de pesquisa vem desenvolvendo estudos no campo do imaginário social e do papel que o imaginário social tem sobre as práticas, as experiências de saúde. Buscamos compreender como as transformações culturais na atualidade vem promovendo impacto também sobre as formas de organização societária, sobre os processos psicossociais de constituição das nossas identidades e, especialmente nos últimos tempos, sobre as questões de gênero. Nesse seminário a gente tomou como tema principal a questão da violência considerada a situação de confinamento familiar durante a pandemia. O confinamento familiar muitas vezes tem acirrado as tensões pré-existentes ou fazendo aflorar tensões nas relações familiares. Então a violência de gênero já tem se colocado como uma questão de saúde pública há algum tempo, parece se colocar agora como um problema muito importante no contexto da pandemia. Pra discutir esse tema com a gente, a gente convidou a Desirré Mathias Pinheiro da Silva. Além de ser ex aluna da UNIFASE, amiga querida pra muitos debates,

muitos projetos, ela tem uma importante experiência e reflexão sobre o tema que vai compartilhar conosco.

Natália – Viva! Seja bem-vinda Desirré! Hoje eu falava na aula de saúde da mulher da importância de sermos agentes de transformação e eu acho que a Desirré é o exemplo mais concreto de um agente de transformação. É uma pessoa que sempre se preocupou com a questão da violência, sempre se incomodou com a questão da violência e é muito bonito ver a garra e o compromisso da Desirré com a transformação dessa realidade a partir da atuação dela como enfermeira. Então, fala Desirré!

Desirré - Obrigada por todas essas palavras maravilhosas, é muito bom estar aqui. Quando a Regina me propôs falar sobre a questão da violência contra a mulher em tempos de pandemia, eu pensei em começar falando sobre o olhar ampliado em saúde que precisamos ter como profissionais da área. Na verdade, é olhar para além da falta de enfermidade, considerando que muitos fatores podem colaborar para uma doença em si. Então, pra olhar o mundo de hoje, eu acho que é imprescindível o profissional ter o olhar ampliado da questão de saúde. E deve-se pensar que antes de vivermos uma pandemia do COVID, nós já vivíamos um dos maiores problemas de saúde pública do mundo, a violência, que é pandêmica. E dentro das questões de violência, que são inúmeras, hoje vamos abordar a questão da violência contra a mulher. Pra começar a falar disso, eu acho importante contextualizar aonde e em que ano estamos vivendo, para entender que, com relação a violência contra a mulher, vivemos em uma sociedade que foi construída e ainda hoje atua de forma patriarcal. E também uma sociedade com muito discurso de ódio, muita misoginia e de um desmonte de serviços, que já eram fragilizados, mas que, nesse momento, se encontram ainda mais. Tudo isso acaba afetando o modo como a gente vai enfrentar e tratar realmente a violência contra a mulher. Esse discurso de ódio dá quase um aceite para as coisas que estão acontecendo e que também dificulta a criação de políticas públicas. E por que dificulta? Porque, política pública é feita com verba destinada àquilo que é considerado relevante. Quando se propaga um discurso de ódio sexista, a questão da violência contra a mulher fica em um segundo plano. Então, a gente conseguiu fazer um movimento e tivemos muitos anos de políticas públicas efetivas, principalmente, no âmbito da violência contra a mulher. Até 2016 foram criadas muitas políticas públicas, que promoveram um avanço absurdo em relação, inclusive, a outros países. Porém, infelizmente, a gente vem retrocedendo considerando esse desmonte de serviços.

As políticas públicas, as campanhas, a rede de apoio, a rede social são lócus pedagógico para as pessoas entenderem o que é violência contra a mulher, o que que é a questão do empoderamento, do fortalecimento das mulheres. A população está dentro de casa por causa do isolamento social, mas está atenta, as redes sociais funcionam como um local para o aprendizado. Recentemente, saiu uma pesquisa falando sobre o *twitter*, sobre as menções à violência doméstica. Foram mais de mil menções a questão da violência contra mulher. Ou seja, a população está atenta. E qual o papel do

Estado diante desse fenômeno da violência contra a mulher? O Estado que deveria estar cumprindo as políticas públicas que foram pensadas, planejadas. Mas por que não está funcionando? Não está funcionando mesmo antes da COVID-19. Isso ocorre, pois, essa rede está muito fragilizada. A rede de apoio à mulher em situação de violência, hoje, não vem efetivamente do Estado, vem de familiares, de amigos.

A nossa sociedade é patriarcal, as relações sociais são, geralmente, dominadas por homens. As mulheres estão em condições sociais e econômicas mais vulneráveis. Nesse sentido, é muito curioso porque, embora estejamos em condições econômicas mais vulneráveis, nós somos a maioria da força do trabalho. Então, fica evidente a existência de uma disparidade muito grande. Nós, mulheres, apesar de sermos a maior força de trabalho não estamos nos maiores cargos das empresas e das universidades.

É preciso pensar na relação do espaço público e privado. Atuar no espaço público não é dado a nós mulheres, é conquistado e qualquer coisa que aconteça na sociedade ou na família, nós somos obrigadas a voltar para esse espaço privado. Assim, as mulheres estão sempre em uma condição social desfavorável. Tudo isso só vai se intensificar quando a gente coloca as pessoas isoladas ou em distanciamento social dentro de suas casas, as quais, na verdade, eram para ser os lugares mais seguros do mundo. Porém, não é o que acontece em relação às mulheres. Em várias pesquisas, é comprovado que as agressões ocorrem em sua maioria dentro dos lares. Então, para as mulheres, aonde seria esse lugar seguro que não é dentro de casa? Porém agora não podemos mais sair, então tudo fica bem mais complicado, essa tensão se intensifica.

Fora isso, tem a questão da jornada de trabalho que triplica. Durante a pandemia, a mulher não deixa de ser profissional. Além de estar trabalhando em home office, a mulher tem que estar fazendo os serviços da casa, estar cuidando das crianças e fazendo todo o resto, está sendo a dona de casa, a mulher, a filha, a mãe e até professora dos filhos também... É uma jornada de trabalho muito intensa.

Além disso, temos que pensar que estamos vivendo realmente uma crise financeira, que é um dos fatores de risco para a violência contra a mulher. E, por vezes, ela perde seu trabalho. Sem esse emprego, a mulher fica sem a sua condição financeira, o que é um agravante para os casos de violência doméstica. E ela está confinada em casa, está junto ao seu potencial agressor, que também sente a crise financeira dentro de casa. Tudo que ameaça a hegemonia do “poder” masculino vai acabar ocasionando atos violentos. Portanto, esse é mais um fator para os casos de violência contra a mulher terem aumentado muito durante essa pandemia da COVID-19.

Tudo isso faz pensar que o nosso espaço de segurança não é o espaço que a gente mais está, principalmente agora nesse momento. Estar confinada com o próprio agressor agrava o problema da

falta de acesso a serviços de apoio. A rede está fragilizada, já estava fragilizada por um desmonte político, e agora estamos em um momento onde não podemos ir e vir. Não podendo ir e vir, como realizar uma denúncia? Como acionar um serviço de saúde, visto que muitas mulheres utilizam uma consulta de preventivo, uma consulta de pré-natal, uma vacinação, para sair das suas casas e denunciar a violência doméstica? Agora não temos mais nada disso. Algumas cidades tem aplicativos que estão fazendo a denúncia, mas em outras, não existe nem um aplicativo. Essas mulheres teriam, realmente, que ir em uma delegacia.

Dentro de casa, aumentam o controle e a vigilância desse possível agressor. Com isso, muitas mulheres não conseguem sequer pegar o celular pra baixar o aplicativo, pra fazer alguma denúncia dentro de uma rede social ou pra falar com algum amigo ou familiar. Em Petrópolis estamos em um período de frio. Nesse período, as pessoas costumam consumir mais bebidas alcoólicas. Somado a isso, as pessoas em isolamento estão consumindo mais álcool, entre outras substâncias, porque todos nós estamos com a saúde mental abalada diante dessa pandemia, por diversos motivos. Não que beber vá fazer com que a pessoa seja violenta, mas algumas pesquisas correlacionam o uso de álcool e outras drogas, como potencializadores da ocorrência de violência. Então, esse consumo de bebida alcoólica exacerbado contribui também para o aumento da violência contra as mulheres.

A gente tem alguns desafios, como analisar os números que estão sendo apresentados. Analisar esses números não significa necessariamente olhar e ver o que está acontecendo nesse mês e o que aconteceu mês passado. Os números precisam ser contextualizados. Um número em Petrópolis é totalmente diferente de um número no Rio de Janeiro ou em Minas Gerais. Então, é preciso analisar se, de fato, está acontecendo um aumento da violência contra a mulher ou se, na verdade, estamos vendo essa tensão que já existia aumentar e, assim, a violência começar a aparecer.

Outro desafio é pensar como será o pós pandemia. Antes mesmo disso tudo começar, muitas empresas já estavam migrando os seus serviços pra home office. Porém, pra mulher, além do trabalho e além de todas essas questões do confinamento, será que estar em casa é viável? Será que trabalhar dentro da nossa casa não é muito pior? Também não é tirar esse pequeno espaço que a gente tinha de público e voltar tudo para o privado? Então, precisamos pensar como o pós pandemia vai funcionar, não só com a questão da jornada de trabalho, mas também economicamente. Sabemos que são vários os empregos que estão tendo seus salários cortados, sendo isso, também, um fator complicador. Além disso, como vamos nos comunicar? Porque a comunicação já era difícil antes, não é algo que ficou precário agora, já estava precário. Isso ocorre porque a rede em si não conversa, os profissionais- remetendo ao início da minha fala- não estão apresentando esse olhar ampliado da questão da saúde. Esse olhar de perceber que a pressão de determinada pessoa pode estar alta porque ela está sem emprego e não só porque está comendo mal. E será que ela está comendo mal porque deseja? Ou porque está sem dinheiro para comprar uma comida de verdade?

Então, a questão da violência ela perpassa muitas outras, é necessário ter o olhar de gênero e de raça, que são muito importantes. É preciso entender que camadas vulneráveis já eram vulneráveis antes e, agora, essa situação se intensifica. Eu deixo aqui uma fala que eu gosto muito, já gostava muito e, agora, estamos realmente sentindo na pele. A frase é da Simone de Beauvoir que diz: “Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida”.

Natália - Acho importante pensarmos no imaginário social. Quando pensamos nesse imaginário, a gente sempre associa a algum ditado popular. Então, existe aquele famoso ditado: “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher. Ano passado, quando teve aquele episódio em que foi filmado o marido no elevador batendo na mulher”, o porteiro ficou assistindo. Por que ele não buscou socorrer a mulher naquela situação? No imaginário social o homem pode bater e ninguém deve se meter. Nós observamos isso tão construído socialmente que até as notícias de jornal trazem muita justificativa para a violência. Por exemplo, ele bateu nela ou ele a assassinou por conta de ciúme, porque tinha terminado a relação, etc. Então, ainda existe esse aprisionamento na justificativa para uma violência.

Regina - Quando ainda pior, essa justificativa recai, inclusive, sobre o corpo da mulher, no comportamento da própria vítima. Porque ela estava usando uma determinada roupa, porque ela estava maquiada ou porque ela teve uma atitude mais sexualizada. Ela provocou a violência cometida. Essa atitude feminina justificaria a violência cometida pelo homem.

Natália: Quando é casada é porque respondeu o marido, é porque perguntou onde ele estava. A revista Contigo! da década de 80 publicava as seguintes frases: se ele aparecer com uma mancha na gola, não se deve perguntar, não cause perturbação; esteja arrumada na hora dele chegar; etc. Isso na década de 80, de certa forma, recente. Então, a gente ainda se encontra nesse imaginário.

Regina - Eu acho que é importante a gente considerar que, nesse imaginário, o que informa e onde estão ancoradas essas ideias é em uma cultura machista e em uma sociedade que ostenta uma dominação masculina. Essa dominação não se dá apenas no âmbito da hierarquia das empresas, onde os homens podem ganhar mais que as mulheres ou estar em mais postos de chefia, mas se dá em uma perspectiva subjetiva, na forma que nos compreendemos como sujeitos e que vai fazer com que os homens possam se sentir como figuras de autoridade e poder. Esse poder e autoridade muitas vezes se expressam na forma de violência, não só contra mulheres, mas contra crianças e contra outros homens em condição de vulnerabilidade. Então, a cultura do machismo não é simplesmente um conjunto de práticas, é também um conjunto de valores. Quando consideramos que isso é apenas um problema do outro e não um problema nosso, estamos esquecendo que essa cultura não está na casa do lado, ela está na nossa família, no nosso dia a dia, nos nossos sonhos, no

modo como nós, mulheres, percebemos o quanto de batom podemos ou devemos colocar, que tipo de roupa devemos usar e quando usá-las, etc.

Natália - As mulheres não foram ensinadas a falarem seus desejos. Com isso, nas relações, incluindo as afetivas, os problemas e as discordâncias se intensificam, porque muito não é dito. A mulher imagina que o homem tenha que saber e fica frustrada quando ele não sabe. Porque, o homem, por outro lado, foi criado dentro do imaginário de que ele tem que suprir economicamente o lar, não tendo que se preocupar afetivamente com o processo da relação. Por consequência, essas relações acabam causando ainda mais frustração, podendo levar à violência.

Desirré – A questão do silêncio me chamou a atenção. De fato, as mulheres são silenciadas, a partir de uma situação em que acreditam que o outro tenha mais poder do que elas. As frustrações geradas por essas situações, ao longo da vida, acabam implodindo psiquicamente. Então, a gente começa a perceber, principalmente os psicólogos, que trabalham diretamente com a questão da saúde mental, que muitas mulheres tem queixas de que são histéricas. E por que histérica? Por que uma mulher é histérica quando chora? Quando acaba implodindo as mil situações ao longo da vida que foi obrigada a engolir? Foi obrigada a engolir que não podia usar um batom diferente, que não pode sair em determinada hora, que o irmão pode fazer isso e ela não pode fazer aquilo. São situações que vão acontecendo porque não é dada a mulher a ferramenta do falar. Essa ferramenta não é dada, é conquistada e mesmo quando conquistada é muito difícil. Às vezes, é mais fácil usar a sua voz na situação do outro do que na sua própria situação. E nós sabemos que, obviamente, nunca vai ser só um tapa ou só um apertão, mas estamos vendo muitos casos de faca, de enforcamento, de estrangulamento.

Então, dando uma breve explicação sobre o círculo da violência. Normalmente ele ocorre em períodos mais longos. A gente precisa pensar em um círculo que envolve algumas fases. Uma das fases, é o momento de lua de mel, no qual tudo está bem, são relevadas algumas situações. Em sequência, existe um período de tensão, no qual parece que nem tudo está tão bem. Às vezes a roupa que a mulher deixou em determinado lugar ou o batom que ela escolheu usar. Situações que se tornam problemáticas, enquanto não tinha tanto problema assim há algumas semanas ou meses atrás. E, por fim, o momento de explosão, que seria realmente a violência em seu ápice. Agora em tempos de pandemia, dentro de casa, confinada com essas pessoas que são violentas, esse ciclo vai se encurtar, porque está tudo muito intenso. A convivência 24 horas por dia, a jornada exaustiva que a deixa também sem paciência, sem “aturar tudo o que ela aturaria normalmente”. Por isso está tudo muito intenso, a sobrecarga está muito grande.

Regina - Mesmo em relacionamentos onde há mais diálogo e mais harmonia, a convivência cotidiana tão intensa pode provocar tensão, é óbvio. Então, onde já há atrito, onde já há opressão, onde já há dificuldades, fica mais difícil pra essa mulher fugir desse ciclo de violência.

Acho importante considerarmos, na continuidade dessa conversa, de que esse ciclo se intensifica e que a violência psicológica talvez se dê também de formas muito sutis, mesmo em um discurso de aparente valorização da mulher. Com falas, como, por exemplo: é porque eu gosto de você que eu quero isso ou que eu quero aquilo. Ou, na supervalorização a determinados aspectos do nosso comportamento, da nossa estética que são o que o parceiro ou até a parceira, em alguma medida, tem como valor em detrimento de outros.

Natália - E existem algumas atitudes que são violência, mas são publicizadas como cuidado, como a questão de falar mal da mulher, porque assim “ninguém vai ficar de olho nela” e ninguém vai querer o que é dele. É uma questão de posse, não do amor. A gente tem que conseguir diferenciar esses dois processos. Muitas vezes a mulher não se percebe dentro desse processo. São vários nuances que a violência traz. Ela traz a violência psicológica, física, sexual. A gente ainda vê a ocorrência de violência sexual dentro dos lares. Tem outro ditado popular que ainda ancora essa violência no imaginário: “quem não dá assistência, abre concorrência”. Então, a mulher teria que estar disponível, principalmente, se aquele parceiro é seu marido. Ela tem que estar disponível sexualmente o tempo que ele desejar.

Regina – Diante disso tudo é importante pensar em como se constituem as redes de apoio para ajudar essas mulheres vítimas de violência. Em tempos de pandemia, ou mesmo fora dele, frequentemente essas mulheres tem muita dificuldade de reconhecer a experiência de violência que estão vivendo. Por vezes, ela se coloca em uma posição defensiva. Afinal de contas, se por um lado tem o sentimento de menos valia, baixa autoestima e sofrimento que a violência cometida pelo companheiro ou companheira com quem ela iniciou um projeto de relacionamento, é muito difícil também abrir mão da imagem e da representação que ela construiu desse companheiro ou companheira, desse casamento e dessa união. Então, reconhecer essa violência e, então, poder denunciá-la ou buscar apoio para fazer a denúncia e sair dessa condição de violência não é só abrir mão da violência vivida, mas implica em também lutar e assumir as perdas que esse processo vai trazer. Essas perdas são afetivas e, para muitas mulheres, são também perdas econômicas e materiais. Hoje, uma boa parte das mulheres vivem de forma independente, inclusive sendo chefes de família, mas ainda existem várias mulheres que são economicamente dependentes de seus companheiros. O enfrentamento da violência vivida significa o enfrentamento dessa condição de dependência econômica também. E, nesse sentido, como se constituem as redes de apoio?

Eu me lembro que, em uma época, fizemos toda uma discussão se existe ou não um protocolo em saúde para encaminhamento de situações de violência. Desirré, você teve toda uma experiência no

CRAM¹²². Você podia contar um pouco pra gente como é esse processo? Quem é essa mulher? Como essa mulher se reconhece nessa condição? Ela confessa para a médica, para o médico ou para a enfermeira, a condição de violência que ela está vivendo? É muito comum ela voltar atrás um pouco depois da denúncia e negar tudo, por que ela vai fazer essas idas e vindas? Então, como é esse processo de apoio para o enfrentamento da violência e para esse empoderamento da mulher em condição de violência doméstica?

Desirré - Na verdade, a rede foi o que eu estudei na minha dissertação de mestrado e era algo que me incomodava demais, porque eu não conseguia ver essa rede funcionando como rede propriamente. Não basta os serviços existirem, os serviços tem que existir e conversar entre si. Então, falando de violência contra a mulher, a gente tem quatro grandes centros, que seriam: o setor da saúde, e nesses, toda a rede que engloba saúde, a emergência, a atenção básica, etc; o setor da assistência social; o setor de segurança pública e o setor da educação. Para uma mulher denunciar é muito difícil e nós, como profissionais, ficamos chateados e mexidos, porque, às vezes, elas voltam atrás. Porém, nós não estamos dentro daquele relacionamento, dentro daquela dinâmica familiar. Muitas vezes, não entendemos os motivos daquela mulher estar ali ou daquela mulher desistir da medida protetiva dela. Em uma pesquisa aberta, só 44,6% das mulheres conseguem se manter sozinhas e, dentro desse conceito de se manter sozinha, podemos abrir um viés de: o que é se manter sozinha? Qual é essa qualidade de vida que ela vai ter para falar que se mantém sozinha. Então, a rede de apoio, a rede de enfrentamento a violência contra mulher é muito importante, para entender realmente que essa mulher não pode ser vista apenas como uma vítima. Ela tem escolha e se ela tem escolha, nós, a rede de apoio, a rede de enfrentamento, vamos trabalhar em diversos âmbitos. Seja pela rede social, seja dentro de uma escola, seja nos grupos da atenção básica, seja por um cartaz. A rede vai trabalhar pra essa mulher sempre poder ter a opção de se questionar: Será que eu vivo isso? Será que é violência? Porque, se for, ela vai saber onde buscar essa ajuda. Por isso, os profissionais precisam estar minimamente capacitados para saber para qual serviço deve-se fazer o encaminhamento da mulher que está diante dele e precisa de uma solução. A conduta correta é importante pra ela não ir a algum lugar que não vai saber dar esse direcionamento e que não vai fazer uma acolhida interessante. Hoje, são várias as pesquisas que mostram que a rota crítica dentro do setor violência contra a mulher é a delegacia, é a parte de segurança. Normalmente, quando a gente pensa em violência, falando da população, em geral, pensamos logo em ir para a delegacia. Porém, ao chegar na delegacia, pode não ser feito um acolhimento adequado e a pessoa acaba não vendo efetividade naquele processo. Então, às vezes, é muito mais interessante a entrada do processo pelo setor saúde ou pela escola.

¹²² Centro de Referencia de Atendimento à Mulher

A gente percebe, então, que as portas de entrada, na questão violência contra a mulher, são inúmeras. Por isso, todos os profissionais que trabalham com o outro tem que ter minimamente uma ideia de que serviço acionar para tentar resolver essa situação ou, caso não seja resolvida, porque isso não depende só do profissional da saúde, saber pelo menos dar a informação e a mulher decidir o que fazer com essa. Então, é preciso mostrar para ela que existe essa opção, que ela não é vítima, que ela está numa situação de violência, mas que pode sair dela e esses são os meios.

Regina - Quando a gente pensa a questão da violência contra a mulher, em geral, estamos pensando em uma situação que já está de alguma forma cristalizada, já é uma dinâmica familiar. Uma dinâmica das relações, que se constitui a partir de formas violentas de resolução de conflitos. Como é que, nas diferentes formas de comunicação, a gente pode disseminar valores e formas de pensar o relacionamento humano que combatam e previnam o machismo, as formas preconceituosas de conceber as relações humanas e, portanto, em alguma medida, possam ser preventivas à violência? Como é que a gente pode pensar essa dimensão das nossas formas de comunicação, seja midiática ou não, ou comunicação entre as pessoas mesmo? Como é que elas reproduzem uma cultura da violência e como elas podem ser preventivas e combater essa cultura de violência?

Desirré – Nesse caso, a gente vai tratar de dois âmbitos. Tem o fato de a mídia ajudar nessa questão da violência, informando e divulgando números, denunciando a violência. Mas, a gente também sabe que tem uma parte da mídia que é muito prejudicial e que, na verdade, acaba favorecendo a construção do imaginário social de medo. A espetacularização da violência favorece esse imaginário social de medo. Diante dessas manchetes, dessas capas de jornal e dentro das redes sociais, acabam mostrando que nada está adiantando. Então, porque eu denunciaria se não está funcionando para a outra, se ela denunciou e, na verdade, foi morta? Então, a mídia acaba realmente atuando nesses dois lados. Tem um documentário que é ótimo. É sobre o caso da Eloah. Esse documentário fala exatamente sobre isso. Sobre como a mídia acabou transformando o cara que estava fazendo violência contra a mulher e, na verdade, acabou cometendo um feminicídio, em um romance, no qual ele era apaixonado por ela. Isso não é paixão e é muito perigoso! Mostrar para as meninas, para as adolescentes, para as mulheres, para as idosas _ porque a violência não tem uma idade _ pode fazer com que se perpetue a ideia de que isso realmente é um romance, que ele estava fazendo tudo aquilo porque ela não quis ficar com ele. Esse é um lado muito ruim da mídia.

Regina - E ainda, nesse caso, acho interessante essa visão romântica de que o ciúme masculino é prova de amor. Mas, homem violento não é expressão de amor, muito pelo contrário.

Natália - Eu acho também que é preciso mexer com o imaginário social sobre qual é o papel da mulher e o que é a mulher na nossa sociedade. A gente ainda vê, em vários programas, quando vão trazer um especialista na área é sempre um homem. Como se para ser uma figura de saber e de conhecimento sempre tivesse que ser homem. Então, eu acho que é preciso levantar esse

imaginário social. É necessário libertar a mulher da ideia de que ela é criada para casar. Esse tipo de pensamento também aprisiona ela na situação de violência. Era a única coisa que tinha que fazer da vida, então, como eu vou dizer que aquele cara que eu escolhi é um cara ruim?

Regina - Ou seja, admitir e enfrentar a violência desmonta inclusive no subjetivo, no imaginário pessoal dela, o único projeto de vida possível para ela que é o casamento.

Eu vou trazer um ingrediente interessante para polemizar. Como é que o discurso feminista, em alguma medida, para alguns, incrementaria a violência doméstica? Incrementaria a violência contra a mulher? Há um certo discurso paralelo que faz a seguinte construção: quando as mulheres começam a questionar o papel da mulher, de alguma forma, elas se tornam “agressivas” na sua forma de falar com os homens e elas, portanto, os “provocam”, gerando uma situação de violência para as mesmas. E eu queria chamar atenção do quanto o discurso feminista é ameaçador a essa ordem mesmo. Não porque ele é um discurso violento em si, mas porque ele desconstrói todas essas coisas que, em alguma medida, estão na base do patriarcado, da opressão e da dominação masculina sobre as mulheres. Então, é uma questão interessante para a gente pensar. Realmente, o discurso feminista se coloca como um discurso oposto a determinados valores que estão na base da cultura do machismo. Porque, se no discurso feminista, estamos dizendo que as identidades de gênero, em alguma medida, se constroem e não são dadas, a gente já está dizendo que essa mulher não precisa ser aquilo que foi estabelecido, ela pode se fazer como mulher e como uma mulher da forma que ela quer ser enquanto dona da vida dela. Por outro lado, o discurso feminista também está questionando uma determinada estrutura social, onde a própria estrutura familiar fica organizada de uma única maneira, na qual o homem tem que ser o provedor, a mulher tem que cuidar de casa, sendo possível apenas pensar em uma família constituída a partir da heteronormatividade. Então, o discurso feminista vai desconstruindo mesmo uma série de concepções e valores que estão na base da opressão. Claro que, uma mulher que começa a questionar todas essas coisas pra ela mesma, começa a questionar nas relações dela com o mundo e, portanto, na relação dela com os seus parceiros. Isso não gera violência se os seus parceiros forem parceiros dialógicos, parceiros que também possam acompanhar essas reflexões e aprender, crescer com elas. O que gera violência não é a mulher refletir sobre a sua própria identidade, sobre o seu projeto de vida, sobre as suas necessidades, sobre o que ela pode ser ou não ser. O que gera violência é que, muitas vezes, o seu parceiro não é capaz de acompanhar essa reflexão, não é conivente com o crescimento dessa mulher, porque esse crescimento e essa reflexão abalam a sua condição de dominação e a sua masculinidade.

Natália - Eu acho interessante pensar nesse diálogo também voltado pra o quanto o machismo é prejudicial, em certa medida, para o próprio homem. Porque ele não pode se expressar afetivamente. A Desirré colocou no começo sobre carga de trabalho. Então, a gente vê que as

mulheres também não abrem mão ou não solicitam ajuda. Se o homem não percebe, porque ele também foi criado dentro desse padrão, fica uma relação desconexa. Ela insatisfeita, ele insatisfeito e ambos tensionados, cada um por um lado. Então, eu acho que a gente tem que trazer os homens também para esse debate. Questionar se ele não acha que, caso se expressasse afetivamente, seria mais feliz.

Regina - Essa mesma cultura machista que oprime as mulheres, oprime os homens também. Então, que todos nós possamos nos libertar dessas nossas caixinhas que nos oprimem. E que eles possam ser não necessariamente aquilo que eles foram ensinados que tem que ser.

Natália - Então, temos que entender também que essa cultura ela aprisiona, ela torna o homem dependente dos cuidados da mulher. Portanto, em certa medida, o homem não pode fazer atividades que seriam ditas femininas, porque tem menos valor. Ele não cozinha, não lava, não passa, e nós vemos os impactos disso no futuro, nos idosos que perdem as esposas e ficam sem saber o que fazer. Isso traz uma falta de autonomia. É preciso realmente repensar esse processo de construção. Porque, nós mulheres, também desejamos que os homens sejam seres autônomos, que não dependam dos nossos cuidados e possam cuidar de outros.

Porém, eu acho que tem que ser sempre nessa forma dialógica e pedagógica, menos agressiva. Muitas vezes a gente se volta para um discurso agressivo, mas temos que entender que muitas pessoas se construíram historicamente assim, então, também temos que ter um pouco de paciência com todo mundo, inclusive, com a gente. Porque, por vezes, a gente se vê replicando alguma fala ou tendo alguma cobrança com a nossa forma de agir. Acho que não adianta o embate direto, construímos mais por partes. Eu acho que a mulher já ganhou muito campo e está melhorando.

Regina – Quando você fala “menos agressiva” - eu concordo plenamente- mas é compreensível também que, muitas vezes, aquela mulher que foi oprimida e violentada, quando consegue ganhar voz, esse discurso não venha na forma de uma fala suave e delicada. Ele pode vir, em um primeiro momento, na forma de um grito dolorido, de quem está precisando jogar fora toda aquela opressão vivida, toda aquela dor que ficou engasgada durante muito tempo.

Então, agora trazendo para a dimensão da saúde e dos profissionais da saúde, como é que esses profissionais podem lidar com situações como essa? A Desirré, citou 4 portas de entrada. Dentre elas, temos o sistema educacional, visto que a violência contra a mulher também é a violência contra uma criança ou adolescente. Essa criança ou essa adolescente, muitas vezes, dá pistas da situação de violência que está vivendo em casa. Essa pista pode vir a partir de uma redação na escola, da conversa com os amigos, de um desenho, principalmente, no caso de crianças por exemplo. Então, o profissional de educação tem que ser qualificado pra reconhecer essas pistas.

Como é que esse profissional de educação precisa estar qualificado para entender essas pistas? E para poder acolher, portanto, essa criança, essa adolescente? Ele suspeita que essa aluna possa estar envolvida em uma situação de violência e precisa compreender melhor essa situação pra dar o encaminhamento adequado, já que, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o profissional de educação é responsável por fazer a denúncia de violência frente a uma situação de violência contra uma criança ou adolescente.

Mas, é óbvio, que o ideal não é simplesmente fazer a denúncia, é construir o caminho para que a própria pessoa em situação de violência ou responsável faça a denúncia, com o objetivo, inclusive, que ela possa se efetivar e esse adolescente ou essa família não volte atrás. Porque, o importante é que a proteção dessa criança possa se efetivar. Então, não adianta fazer a denunciar e deixar pra lá. O sistema de assistência social, é uma rede de apoio importante, mas, por falta de recursos, está sendo, progressivamente, desmontada. Em algumas cidades ela ainda se sustenta, em outras nem tanto. Mas, independente da rede específica de apoio à condição de violência contra a mulher, o sistema público de saúde ainda é uma rede importante onde as situações de violência podem estar aparecendo, seja quando uma mulher sofre maus-tratos físicos e vai para o hospital, seja porque na unidade básica ela vai compartilhar com a enfermeira, com a médica ou médico a situação que ela está vivendo. Natália, você pode falar mais um pouco da questão da assistência na saúde?

Natália – Essa mulher pode dar entrada pela emergência, pela atenção básica, etc. O pré-natal, por exemplo, é um momento em que a mulher é autorizada a procurar outro serviço, porque se essa mulher sofre violência física, muitas vezes, ela é desautorizada a procurar, inclusive, o serviço de saúde. Então, geralmente, o pré-natal é uma possibilidade de captação dessa mulher. Por isso, o profissional tem que estar atento aos diferentes tipos de expressão da violência. Existem violências que são sutis, ocultas, que não são as físicas, não “aparecem”. A violência física é mais fácil de identificar, no sentido de ter algo que a comprove e, muitas vezes, os profissionais se sentem mais confortáveis no reconhecimento e enfrentamento. Mas, existe também outros tipos de violência, não só psicológica, que a gente fala bastante, mas existe, por exemplo, a violência patrimonial, que é a retenção de bens e de dinheiro. Nessa, a mulher só recebe o dinheiro se o homem autorizar. Então, ela fica refém financeiramente e, muitas vezes, até da expropriação dos seus próprios documentos.

Desirré - Violência patrimonial poderia ser até da roupa ou dos eletrodomésticos que ela mesma comprou, ou que alguém deu a ela, e ele resolver destruir. A violência, como eu já citei no início da conversa, é muito subliminar. O profissional de saúde está mais acostumado a ver uma coisa, um problema, que ele precisa resolver, a olhar qual é a “doença” que vai diagnosticar e tratar. A violência para um profissional de saúde é mais subjetiva. Em geral ele não olha a violência como um ciclo na vida dessa mulher, que talvez ela esteja privada até de seus documentos e que é preciso pensar em um plano de segurança para caso alguma coisa aconteça. Pensar em alguma alternativa

para que essa mulher possa pegar seus documentos, os documentos dos seus filhos e ir ficar com alguma pessoa de segurança para não ficar sem nada e acabar morrendo. Como ela vai pedir socorro numa situação de risco? Vai ser uma toalha que vai botar na janela como sinal? Qual mecanismo que vai usar pra sair dessa situação de violência? Então, é principalmente na atenção básica, na qual o profissional da saúde está dentro da comunidade, alinhado aos agentes comunitários de saúde, indo na casa das pessoas que, em geral, é mais fácil de identificar uma situação de violência. Na atenção básica, teoricamente, é para o profissional estar sabendo de quase tudo o que acontece ali. Na emergência, por outro lado, é muito comum de aparecer a violência física. Ninguém vai na emergência, ninguém vai na UPA porque sofreu violência psicológica. A violência psicológica “pode esperar”.

Regina - Essa proximidade que as unidades de saúde da família trazem permite compreender melhor o que está acontecendo com aquela dinâmica familiar, acompanhar e saber que a violência está se precipitando e se tornando um risco iminente, inclusive, de morte dessa mulher ou de seus filhos. Mas, ao mesmo tempo, essa proximidade que me permite, enquanto profissional de saúde, saber mais, também é a proximidade que me coloca em condição de vulnerabilidade. A agente de saúde vive na comunidade e esse homem que é violento com a mulher, em geral, não é violento só com a mulher. Ele tem uma atitude violenta. Então, ele se constitui como uma ameaça também pra outras pessoas que, eventualmente, querem apoiar essa mulher. Como vencer esse medo da violência que o agressor pode cometer contra o profissional de saúde ou contra a professora na escola?

Desirré - A maneira de passar por isso é com a rede funcionando. E como essa rede deve funcionar? A partir da notificação de um médico ou enfermeiro da atenção básica, a secretaria de saúde tem que se manter acima e notificar enquanto secretaria de saúde. A notificação compulsória não necessariamente precisa estar assinada pelo profissional, mas como instituição ou um órgão. As pessoas mantêm muito essa questão da assinatura na cabeça, enquanto a gente precisa, na verdade, da notificação. Precisamos saber qual é o bairro, qual é a idade da vítima. A gente precisa desses dados pra fazer essa educação e pensar como a rede vai funcionar de uma maneira melhor. Então, como driblar esse medo e insegurança? Através do fortalecendo e do funcionamento da rede integrando educação, saúde, segurança e assistência social.

Natália – Eu gostaria de incluir outra informação que acho que vai agregar a essa discussão. Em dezembro do passado, foi sancionada uma lei que obriga os profissionais de saúde não só a notificarem o Ministério da Saúde sobre casos de violência, como também a denunciarem à polícia dentro de 24 horas. E eu queria ouvir o que a Desirré pensa sobre isso porque, pra mim, é uma forma de desmonte do processo, visto que vai reduzir os números.

Desirré - A gente já sofre muito com a questão da subnotificação e com o fato de que o profissional está muito próximo dessa situação de violência. Às vezes, como profissional, você preenche uma

ficha de notificação que vai para o setor de epidemiologia se tornar um dado e, de repente, ela aparece na mão de outra pessoa. Já aconteceram casos de pessoas aparecendo com a ficha de notificação na frente do profissional e o questionando sobre esse documento. Então, é uma vulnerabilidade extrema.

Antes de ser sancionada essa lei, já era muito difícil a questão da notificação, quem dirá agora com o profissional tendo que denunciar em menos de 24 horas pra uma delegacia de polícia. Sendo que, não é de agora, mas é sabido que a rota crítica está em relação ao acolhimento dentro da delegacia. Nesse ambiente, as pessoas são formadas de forma muito truculenta, o atendimento é truculento, o acolhimento é difícil de se ter. Imagine que, às vezes, a mulher em situação de violência só quer informação, a qual tem que ser dada para ela por direito. Ela não teve nem o direito de escolher, escolheu alguém pra amar e acabou sendo violentada. Então, ela toma o primeiro passo e é muito difícil se ver naquela situação de violência. É doloroso. E ela chega em um lugar no qual o direito de denunciar é também tirado dela. Então, atualmente, não estamos fazendo essa denúncia à polícia. E não é uma coisa só aqui de Petrópolis, mas é uma questão no Rio também. Quando tive a capacitação para trabalhar na Sala Lilás, esse foi um questionamento meu, para saber como estava sendo feito. Com o desmoronamento, o sucateamento dos serviços e dos profissionais está muito intenso, parece que até para essas novas situações que vem surgindo não está dando tempo da gente se preparar e se capacitar pra fazer. Então, também no Rio, os profissionais da Sala Lilás e da Secretaria de Saúde em si, responderam que não está sendo feita essa denúncia e que ela só será realizada se realmente for colocada como uma obrigação.

Regina - Eu acho que a denúncia é uma construção. Ela não é apenas um ato, ela é uma construção que deve ser feita com a pessoa. A mulher, nesse caso, que é a “vítima” da violência, não pode ser novamente vitimizada ao ser privada do seu direito de produzir a sua denúncia. Ela não se empodera se a gente faz a denúncia por ela. Ela se empodera se a gente constrói esse processo de denúncia junto com ela. Esse é o principal papel, seja na educação, na saúde ou na assistência social. No caso da justiça, é um pouco mais complicado, porque é quando essa denúncia já chega para vias de fato, promovendo o afastamento desse sujeito com alguma medida restritiva ou protetiva mais radical. Nesse caso, não se conseguiu solucionar o problema por vias do diálogo, não se conseguiu rever essa dinâmica familiar por outros caminhos. No entanto, eu acho que a denúncia feita pelo profissional é válida quando a gente quer evitar um risco de morte. Nesse caso, talvez não haja tempo para uma negociação acontecer.

Petrópolis não tem uma delegacia da mulher. E, portanto, não tem um lugar onde essa denúncia seja melhor recebida e respeitada. O juizado da infância e da adolescência, os conselhos tutelares, podem ser caminhos interessantes, que não apenas a delegacia. Existe toda uma capilaridade de possibilidades e de sujeitos profissionais que podem articular o cuidado dessa mulher. Nós estamos

falando da denúncia e de seu encaminhamento, mas tem um caminho paralelo que permeia o fato de a mulher possuir dependência econômica e até outras formas de dependência do agressor. Tem mulheres que tem uma dependência psicológica muito grande do companheiro, que gera uma grande dificuldade de se imaginar fora dessa relação. Existem projetos sociais, para além da ordem pública propriamente, em Petrópolis, que estimulam esse empoderamento feminino? E me fala um pouco mais sobre a Sala Lilás.

Desirré - Muitos serviços dentro da área da saúde, como na atenção básica, têm grupos de apoio às mulheres. Esses grupos, não são necessariamente rotulados como “grupos para falar sobre a violência contra a mulher.” São grupos de convivência, às vezes de artesanato, etc. São diversos os mecanismos que a gente usa para poder acolher e ter adesão das mulheres, das meninas e das adolescentes. Pode ser também através da criação de academias de saúde ou pela escola, por meio de projetos dentro de temáticas em sala de aula. Em Petrópolis, tem um projeto da delegada Juliana Ziehe e da médica Mary Laura, coordenadora do Posto Regional de Polícia Técnico Científica (PRPTC), chamado Projeto Minha Aurora, que visa um novo protocolo de atendimento à vítimas de estupro e ações educativas. Em tempos de coronavírus está tudo muito complicado e os projetos e serviços estão se adaptando. Está todo mundo em isolamento, então a gente está pensando em novas formas pra conseguir chegar à população, sem efetivamente estar perto. Mas, a gente conta, nesses tempos, com a rede social, que, como eu disse anteriormente, é um loco pedagógico, não só pra dizer o que é o feminismo e o machismo, como também, para informar mecanismos de enfrentamento locais, onde devem ser feita a assistência e onde deveriam dar informação. Caso esses locais não estejam promovendo informação, na rede também é possível encontrar alguns indicativos e informativos. A internet auxilia muito nesse aspecto.

Agora vou falar um pouco sobre a Sala Lilás. É engraçado porque muita gente faz confusão com o nome, mas existe a Sala Lilás e a Sala Violeta. Ambas fazem parte da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, juntamente com todo o setor de saúde e de segurança pública. A Sala Violeta fica no fórum, o atendimento é feito por mulheres, com o objetivo de resolver mais essa questão jurídica. E a Sala Lilás, que é onde eu trabalho, é ligada ao setor da saúde. Nela, somos quatro enfermeiras, uma assistente social e uma psicóloga. A enfermagem funciona 24 horas por dia, então, sempre vai ter uma enfermeira. A assistente social e a psicóloga ficam no plantão da manhã, de segunda a sexta. A mulher chega a Sala Lilás através do registro de ocorrência e da necessidade de realização do exame pericial. As profissionais da Sala realizam o acolhimento, preenchem a ficha de notificação do SINAN e dão informações a ela, vendo o que deseja fazer a partir daquele momento para pensarem juntas em possíveis encaminhamentos frente a situação apresentada. É feito o exame pericial com o médico perito de plantão no dia, onde caso a mulher venha a se sentir desconfortável na presença masculina pode estar solicitando alguma das profissionais. As vezes as mulheres

também vão a Sala Lilás para buscarem orientações quanto a rede de enfrentamento e sobre a garantia de seus direitos. Todas são sempre acolhidas.

Em Petrópolis a gente não tem uma DEAM, que é uma Delegacia de Atendimento à Mulher. Isso remete ao início da minha fala, quando eu disse que a política pública é muito importante, só que ela é feita com dados. Dados das notificações, dados das medidas protetivas, etc. Sem os dados, é muito difícil tensionar governantes e, conseqüentemente, tensionar a existência de políticas públicas, mostrar que elas estão sendo necessárias. Então, não temos uma DEAM, mas existe um NUAM, que é um Núcleo de Atendimento à Mulher, no qual tem inspetoras mulheres que acabam fazendo esse registro de ocorrência.

Natália - Eu queria fazer uma colocação, porque eu acho que a gente está falando de muitas coisas ruins, no sentido da rede não funcionar e de ser difícil para o profissional. Em relação ao isolamento, eu estou vendo que estão sendo criadas ferramentas digitais de apoio às mulheres vítimas de violência. Essas iniciativas não são públicas e não substituem as políticas públicas, mas fortalecem, talvez, uma rede de assistência. Temos, por exemplo, o aplicativo da Magazine Luiza. Além disso, eu tive a notícia que ontem foi criado um robô no whatsapp e ele funciona através de um número que a mulher coloca no celular dela e pode mandar mensagem para ele. De acordo com as mensagens que ela manda, essa tecnologia consegue perceber o grau de risco que a vítima está. Se o grau de risco for alto, a partir de um convênio com a Uber, ela recebe um código com uma viagem já paga para a assistência médica. Então, tudo nessa vida tem um lado bom. Ainda mais nesse momento de confinamento, temos que manter alguma esperança. Por isso, estou tentando buscar sempre o que pode estar melhorando. E eu acredito que tem algumas estratégias virtuais que venham ajudar.

Desirré - Antes mesmo do coronavírus, já existiam vários coletivos feministas que atuavam na internet com essa questão da retenção de documentos, nesse âmbito judicial e psicológico. Existem diversos aplicativos, como o aplicativo “mete a colher”, o “tamo juntas”, entre outros. O Estado de São Paulo também começou com uma iniciativa muito legal, com uma dinâmica semelhante, na qual a mulher informa que está sofrendo violência e, a partir da informação, ele a direciona de acordo com a sua necessidade. Então, nesse momento de pandemia, é o que a gente conta. E é muito positivo porque a gente precisa poder contar com alguma coisa. Estar, nesse momento, falando sobre isso significa que outras pessoas vão saber, adicionar e contar para outras. A informação corre muito rápido. A gente tem que fazer com que a internet sirva para isso, para acelerar a difusão de informação útil.

Regina - E algumas dessas iniciativas, embora tenham sido criadas agora, durante o processo de pandemia, podem se perpetuar. Na verdade, o aplicativo da Magazine Luiza, por exemplo, é um recurso bastante interessante, que outras empresas também podem promover. Eu imagino que, hoje, o agressor que já sabe dessa notícia pode suspeitar dessa mulher utilizando o aplicativo, mas,

se várias empresas adotam o mesmo recurso, esse pode ser um mecanismo maravilhoso de comunicação para essas mulheres. Da mesma forma, a dificuldade do contato mais pessoal durante a assistência nesse momento, fez com que várias unidades de ESF estabelecessem uma rede de whatsapp com os seus pacientes, a fim de manter um contato e saber das condições de saúde. Essa rede de whatsapp, ela não se desfaz simplesmente e, em alguma medida, ela fortaleceu a rede de apoio. Então, eu acho que essas redes podem ser construídas para além da situação da pandemia, mas no nosso dia a dia de trabalho. Elas também são fundamentais, não só para a gente garantir o apoio a essas mulheres, crianças e adolescentes, mas também para garantir o fortalecimento do nosso trabalho em um enfrentamento não apenas a essas questões, mas a outras tantas. Quando a gente fala de um certo dismantelamento do sistema, às vezes, dá uma sensação de falta de saída em relação ao cenário em que a gente está vivendo hoje. Eu sou uma eterna otimista, então eu creio que as crises criam oportunidades para a gente aprender e se desenvolver. Um aprendizado que eu acho que a gente pode tirar desse momento é o quanto essas redes são importantes para nós fazermos o nosso trabalho. O medo da denúncia só acontece porque a gente se sente sozinho, seja essa mulher confinada em casa, seja essa criança oprimida, sejam nós, profissionais da saúde ou de educação. Quando nos enxergamos como sujeitos sozinhos no enfrentamento a essas mais variadas formas de violência. Se entendermos que não estamos sozinhas, se construirmos, como profissionais, como pessoas, redes de apoio a partir de amigas, profissionais, colegas e familiares, não estaremos sozinhas nessa luta. Isso faz toda a diferença no enfrentamento a qualquer coisa. Inclusive, ao dismantelamento do sistema.

Desirré - Eu costumo dizer que a rede é muito importante, é o que eu estudo e eu acho incrível essa questão de cada setor ter a sua particularidade, mas trabalhar no bem comum, cada um com a sua expertise. Mas, é muito importante que a gente pare de ver a rede como um setor e comece a vê-la como pessoas. A gente precisa saber qual o rosto, qual o nome, da pessoa que vai procurar nos setores. Isso faz com que a gente consiga ter essa conexão, porque a rede não é só um monte de setores, ela é formada por pessoas. Pessoas que também sofrem, que sentem, que podem estar com o mesmo problema, porque são diversas as profissionais que também sofrem violência.

Regina – Meninas, uma última palavra porque temos que encerrar o nosso encontro.

Natália – Queria dizer que foi um prazer estar aqui com a Desirré e com a Regina. O embate interno sobre como nós somos construídos, como a gente é e como vê o outro, é muito importante. Eu queria deixar para vocês a reflexão de repensar as relações, tentar trazer uma forma não violenta de comunicação, de modo geral, e formar realmente uma rede de apoio. É importante que, hoje, a gente valorize a fala do outro e a fala do nosso próprio sofrimento, porque, algumas vezes, achamos que o nosso sofrimento é menor do que o do outro e, por vezes, não o expressamos. É importante criarmos, realmente, uma estratégia para lidar com esse distanciamento físico. Então, tentar

repensar essas formas de comunicação e como aprender, diante da pandemia, a sermos melhores conosco, a ter autocuidado e cuidado com o outro.

Desirré – Como fala final, gostaria de dizer que tudo o que discutimos não é para ir contra o isolamento. O isolamento não é algo ruim, é uma medida necessária para esse momento. Nesse meio, a gente sabe o quanto é importante que as políticas sejam efetivas, que os serviços funcionem, que a gente consiga construir os nossos serviços e ver essas iniciativas tão bacanas surgindo. Eu acho incrível esse debate, porque é realmente um lugar onde a gente muda o nosso botãozinho de pensar. Nós fomos ensinadas para o silenciamento, mas estamos criando a nossa voz, batalhando e mostrando para outras mulheres e outros homens que estamos ocupando esse espaço. Acho que, cada vez mais, a gente tem que debater e introduzir esse tema o quanto antes para esses profissionais em formação, porque é uma necessidade pungente. O mundo está aí, é violento e temos que saber acabar com isso, identificar, tratar e enfrentar.

Regina – Eu acho que uma coisa importante que estamos aprendendo ao longo desse processo de isolamento social é que, apesar de isolados fisicamente, as redes que nos unem, as redes que nos conectam, são as redes do afeto. Essas, nos trazem esse sentimento de amparo e acolhimento. Além disso, acho importante que a gente, mais que nunca, se contraponha aos discursos de ódio, aos discursos que valorizam, sobremaneira, formas violentas de relacionamento entre as pessoas e desconsideram o valor das instituições públicas. Se, hoje, estamos conseguindo ainda enfrentar a situação que estamos vivendo é, especialmente, porque contamos com um sistema público de saúde estabelecido no país. Se, hoje, podemos pensar na questão do enfrentamento da violência contra a mulher é porque, apesar de todo o desmonte, ainda existe o profissional de saúde da rede pública. Então, o que eu também quero dizer em defesa do SUS, em defesa dos profissionais de saúde e da valorização da atuação desses profissionais, é que eu acho que um aprendizado que a gente tá tirando dessa história é isso. As pessoas que se amam, que se acolhem, que se escutam, que se estendem as mãos, são as pessoas que podem transformar a realidade em uma realidade melhor. Então... vamos continuar de mãos dadas.